

Exercícios

Finanças Públicas

Banca FCC

Prof. Antonio Carlos Assumpção

Finanças Públicas

**O Básico Sobre a Oferta e a Demanda
e a Eficiência do Sistema de Mercado**

1) PMSPA – AFTMI - Gestão Tributária - 80

- Se houver o aumento de um ponto percentual (1%) na alíquota do ICMS sobre um determinado produto, no sistema de concorrência perfeita este aumento
 - a) proporcionará, na prática, uma redução do preço final ao consumidor, com efeito regressivo, por ser o ICMS um imposto indireto.
 - b) será totalmente refletido nos preços e o consumidor arcará com o seu custo, por ser o ICMS um imposto indireto.
 - c) deverá ser incorporado no custo operacional, sem repasse ao consumidor final, porque o ICMS é um imposto direto.
 - d) corresponderá ao dobro para o consumidor final, ou seja, dois pontos percentuais, em virtude da tributação indireta.
 - e) acarretará um reflexo assimétrico nos preços, não podendo haver repasse ao consumidor final por tratar-se de tributação direta.

2) SERGIPE GÁS S.A. - Economista – 2010 - 22

- A demanda do bem **X** é dada pela reta $Q_D = 1000 - 4P$. É correto afirmar que
 - a) se o mercado for de concorrência perfeita e a curva de oferta, representada pela reta $Q_O = -200 + 6P$, a instituição de um imposto específico de R\$ 2,00 por unidade vendida fará com que o preço de mercado se eleve em R\$ 0,80.
 - b) se o mercado for dominado por um monopolista cuja equação de custo total seja dada por $CT = 200 + 50Q + Q^2$, onde CT = custo total e Q = quantidade, o preço que maximizará o lucro do monopolista é 125.
 - c) se a oferta for totalmente inelástica no valor de 800 unidades, o preço de equilíbrio desse mercado será 5.
 - d) a elasticidade-preço da demanda é variável ao longo da reta.
 - e) X é um bem inferior.

Finanças Públicas

O Setor Público

Falhas de Mercado

Princípios de Tributação

Funções do Governo

1) SEFAZ-RJ - Aud.Fiscal Receita Estadual - 2013 - 18

- Grande parte do debate sobre a política tributária se estabelece em torno do fato de "se os ricos pagam uma parcela justa de impostos". Uma das formas de se avaliar essa questão adequadamente é verificar quanto as famílias de diferentes níveis de renda pagam de tributos, em proporção à renda, no atual sistema tributário. Nesse sentido, os sistemas tributários podem ser classificados em três tipos, a saber:
 - I. Um sistema tributário com imposto em que os contribuintes com altas rendas e aqueles com rendas menores pagam a mesma fração de sua renda.
 - II. Um sistema tributário com imposto em que os contribuintes com altas rendas pagam uma fração menor de sua renda que os contribuintes com rendas menores.
 - III. Um sistema tributário com imposto em que os contribuintes com altas rendas pagam uma fração maior de sua renda que aqueles com rendas menores.

- Os sistemas tributários I, II e III contêm, respectivamente,
 - a) equidade horizontal, equidade regressiva e equidade progressiva.
 - b) imposto proporcional horizontal, imposto regressivo vertical e imposto progressivo vertical.
 - c) imposto horizontal proporcional, imposto vertical regressivo e imposto vertical progressivo.
 - d) imposto vertical, imposto horizontal e imposto gradual.
 - e) imposto proporcional, imposto regressivo e imposto progressivo.

2) SEFAZ-RJ - Aud.Fiscal Receita Estadual – 2013 - 19

- As características do sistema tributário de um país afetam a distribuição de renda da sociedade. A equidade entre os grupos de renda é um princípio importante no projeto de um sistema tributário. Suponha que o governo utilizasse a seguinte fórmula para calcular quanto uma família teria como valor do imposto devido: $\text{Impostos devidos} = (1/3 \text{ da renda}) - 10 \text{ mil}$ Diante dessa regra de tributação, considere as seguintes situações de renda familiar e valor de imposto devido:
 - I. Uma família com renda de \$ 66 mil teria um imposto devido de \$ 12 mil; uma família com renda de \$ 105 mil teria um imposto devido de \$ 25 mil; uma família com renda de \$ 21 mil teria um imposto calculado de (-) \$ 3 mil; assim, essa família receberia do governo um cheque de \$ 3 mil, pois trata-se da política do imposto de renda negativo.

- II. Uma família com renda de \$ 96 mil teria um imposto devido de \$ 22 mil; uma família com renda de \$ 45 mil teria um imposto devido de \$ 5 mil; uma família com renda de \$ 18 mil teria um imposto calculado de (-) \$ 4 mil; assim, essa família receberia do governo um cheque de \$ 4 mil, pois trata-se da política do imposto de renda equitativo.
- III. Uma família com renda de \$ 117 mil teria um imposto devido de \$ 29 mil; uma família com renda de \$ 84 mil teria um imposto devido de \$ 18 mil; uma família com renda de \$ 24 mil teria um imposto calculado de (-) \$ 2 mil; assim, essa família receberia do governo um cheque de \$ 2 mil, pois trata-se da política do imposto de renda positivo.

- Está correto o que se afirma APENAS em
 - a) I.
 - b) I e II.
 - c) II e III.
 - d) III.
 - e) II.

3) FAZPE - Aud.Fiscal Tesouro Est.- 2014 - 74

- No que se refere à tributação, é correto afirmar:
 - a) Sistemas tributários baseados fortemente em impostos indiretos privilegiam a melhora da distribuição de renda ao observarem o princípio da equidade vertical.
 - b) A introdução de um imposto *ad valorem* sobre vendas na comercialização de um bem cuja demanda é perfeitamente inelástica a preços resultará em elevação do preço de equilíbrio de um mercado em concorrência perfeita superior ao valor do imposto.
 - c) A necessidade de ampliação da carga tributária bruta dos países capitalistas pode ser explicada pelo aumento da participação do Estado na economia, tanto como produtor (políticas ditas keynesianas), como protetor (Estado de Bem-Estar Social).

- d) Impostos sobre o valor adicionado são assim denominados porque são cobrados em apenas uma fase do processo produtivo, impedindo, assim, sua incidência em cascata ao longo de toda a cadeia produtiva.
- e) A elevação generalizada de impostos indiretos sobre o consumo de bens básicos tende a ampliar a progressividade do sistema tributário.

4) PMSPA – AFTMI - Gestão Tributária - 77

- Determinado Município instituiu, por lei, Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), com as seguintes características: o fato gerador é a propriedade, posse ou domínio útil de bem imóvel localizado na zona urbana do Município; o sujeito passivo é o proprietário, possuidor ou titular do domínio útil; a base de cálculo é o valor venal do imóvel; a alíquota é estipulada em faixas de valor, variando de 0,25% a 1,5%, na medida em que aumenta a base de cálculo. Quanto às alíquotas, este IPTU pode ser classificado como
 - a) seletivo.
 - b) fixo.
 - c) proporcional.
 - d) progressivo.
 - e) regressivo.

5) DNOCS – Conhecimentos Básicos – 2010 - 36

- Uma das falhas de mercado é a ocorrência de externalidades negativas ou positivas na produção de bens e serviços. Ocorre uma externalidade negativa quando o
 - a) benefício social da produção é maior que o benefício privado.
 - b) benefício privado da produção é inferior ao custo marginal social.
 - c) benefício privado da produção é menor que o custo privado da produção.
 - d) benefício privado da produção é igual ao custo privado da produção.
 - e) custo social da produção é menor que o custo privado da produção.

6) Auditor Fiscal Tributário Municipal – SP – 2012 – 77

- Determinado Município instituiu, por lei, Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), com as seguintes características: o fato gerador é a propriedade, posse ou domínio útil de bem imóvel localizado na zona urbana do Município; o sujeito passivo é o proprietário, possuidor ou titular do domínio útil; a base de cálculo é o valor venal do imóvel; a alíquota é estipulada em faixas de valor, variando de 0,25% a 1,5%, na medida em que aumenta a base de cálculo. Quanto às alíquotas, este IPTU pode ser classificado como
 - a) seletivo.
 - b) fixo.
 - c) proporcional.
 - d) progressivo.
 - e) regressivo.

7) Auditor Fiscal Tributário Municipal – SP – 2012 – 80

- Se houver o aumento de um ponto percentual (1%) na alíquota do ICMS sobre um determinado produto, no sistema de concorrência perfeita este aumento
 - a) proporcionará, na prática, uma redução do preço final ao consumidor, com efeito regressivo, por ser o ICMS um imposto indireto.
 - b) será totalmente refletido nos preços e o consumidor arcará com o seu custo, por ser o ICMS um imposto indireto.
 - c) deverá ser incorporado no custo operacional, sem repasse ao consumidor final, porque o ICMS é um imposto direto.
 - d) corresponderá ao dobro para o consumidor final, ou seja, dois pontos percentuais, em virtude da tributação indireta.
 - e) acarretará um reflexo assimétrico nos preços, não podendo haver repasse ao consumidor final por tratar-se de tributação direta.

8) Prefeitura de Recife - PE - Analista de Planej., Orçamento e Gestão – FCC - 2019

- Ao analisar os conceitos microeconômicos de “falha de mercado” e de “informação assimétrica” conclui-se que
 - a) a “falha de mercado” é um caso particular de problema da “informação assimétrica”.
 - b) a assimetria de informação afeta apenas o excedente do consumidor, mas não afeta o do produtor.
 - c) falhas de mercado estão associadas à sinalização inadequada a partir do sistema de preços.
 - d) uma externalidade negativa pode ser caracterizada como uma falha de mercado, ao passo que uma externalidade positiva não pode.
 - e) problemas de eficiência econômica associados à informação assimétrica não podem ser corrigidos com intervenção governamental sobre o funcionamento da economia.

9) AFAP – Anal. de Fomento - Crédito – FCC - 2019

- Um exemplo de materialização da função estabilizadora do governo é dada
 - a) pelo provimento de bens meritórios.
 - b) pela redistribuição de renda por meio da política fiscal.
 - c) pela condução da política monetária.
 - d) pela produção de bens públicos.
 - e) pela fixação de impostos progressivos.

10) AFAP – Anal. de Fomento - Economista – FCC - 2019

- Uma característica básica dos bens públicos é que
 - a) são rivais e não exclusivos.
 - b) as pessoas podem ser impedidas de consumi-los.
 - c) são exclusivos e não rivais.
 - d) apresentam custo marginal de produção igual a zero para um consumidor adicional.
 - e) são rivais e exclusivos.

11) AFAP – Anal. de Fomento - Economista – FCC - 2019

- *No campo das finanças públicas, uma das teorias mais conhecidas é a da tragédia dos comuns. Trata-se de teoria sobre o comportamento social exposta no célebre artigo *The Tragedy of the Commons*, de Garret Hardin, em 1968. Em linhas gerais, a teoria sustenta que o uso descoordenado de recursos de propriedade de todos tende a levá-los ao exaurimento.*
- (Adaptado de: DE OLIVEIRA, Weder. **Curso de Responsabilidade Fiscal**. Belo Horizonte: Fórum, 2013. p. 60)
- O excerto acima é um exemplo de falha na função econômica do estado conhecida como

- a) “alocativa”, sendo as demais conhecidas como “distributiva” e “estabilizadora”.
- b) “distributiva”, sendo as demais conhecidas como “alocativa” e “estabilizadora”.
- c) “retributiva”, sendo as demais conhecidas como “sancionatória” e “distributiva”.
- d) “fomentadora”, sendo as demais conhecidas como “distributiva” e “estabilizadora”.
- e) “sancionatória”, sendo as demais conhecidas como “alocativa” e “estabilizadora”.

12) Câmara Legislativa do DF - Consultor Legislativo - Regulação - FCC - 2018

- Entender o papel do setor público faz parte das agendas dos formuladores de políticas no mundo. Nesse sentido, como possível objetivo do financiamento público em projetos de infraestrutura aponta-se
 - a) o não interesse do setor privado em financiar projetos centrais no desenvolvimento socioeconômico do país.
 - b) o impedimento de atividades consideradas estratégicas que fiquem sob o controle da iniciativa privada.
 - c) a eliminação de barreiras à entrada do capital privado.

- d) o aumento da competitividade das empresas exportadoras para melhorar o resultado das contas externas.
- e) a formação de barreiras à presença do capital estrangeiro em atividades consideradas estratégicas.

13) Câmara Legislativa do DF - Consultor Legislativo - Regulação - FCC - 2018

- Um dos papéis do governo perante sua sociedade é a de promover o bem-estar adotando políticas adequadas, eliminando as eventuais distorções causadas pelos mercados. Nesse sentido, o governo deve agir com o propósito de
 - a) deslocar a fronteira de possibilidades de produção.
 - b) criar um superávit no resultado primário.
 - c) proporcionar maior consumo às famílias.
 - d) efetuar modificações na decisão social quanto ao problema de “para quem” produzir.
 - e) reduzir a inflação.

14) Câmara Legislativa do DF - Consultor Legislativo - Regulação - FCC - 2018

- No funcionamento dos mercados, observa-se que algumas pessoas sabem de coisas que outras não sabem. Essa situação pode distorcer as decisões econômicas e, algumas vezes, fazem com que as transações econômicas mutuamente benéficas deixem de acontecer. Esta falha de mercado é denominada
 - a) mercado incompleto.
 - b) concorrência imperfeita.
 - c) externalidades.
 - d) confiança do consumidor.
 - e) informação privilegiada.

15) Câmara Legislativa do DF - Consultor Legislativo - Regulação - FCC - 2018

- Uma forma de analisar a ação pública na economia se dá ao considerar o papel do Estado
 - a) no tratamento de monopólios naturais, em sua função tipicamente distributiva.
 - b) em sua função tipicamente estabilizadora, ao regular a provisão de bens públicos.
 - c) na utilização da política monetária, em sua função estabilizadora.

- d) na regulação de bens onde inexistam falhas de mercado, o que caracteriza um exemplo típico de sua função distributiva.
- e) em face da distribuição de renda, que caracteriza típico exemplo de sua função alocativa.

16) SABESP – Anal. de Gestão – Eco. – FCC - 2018

• Constituem razões para ocorrência das “falhas de mercado”, isto é, condições em que ocorre uma alocação subótima de recursos na economia, EXCETO:

a) competição imperfeita.

b) informação imperfeita.

c) externalidades.

d) bens públicos.

e) maximização conjunta dos excedentes do consumidor e do produtor.

17) DPE-RS - Analista – Economia – FCC - 2017

- Um imposto
 - a) é progressivo quando a participação dos impostos na renda dos agentes diminui conforme a renda aumenta.
 - b) é direto quando incide sobre o preço das mercadorias, independentemente de quem pague o imposto.
 - c) é neutro quando a participação dos impostos na renda dos agentes aumenta conforme a renda aumenta.
 - d) pode ser do tipo valor adicionado, quando é devido apenas sobre o valor agregado ou acrescido.
 - e) não pode contemplar a possibilidade de ter objetivo além do fiscal

18) ARCE - Analista de Regulação – FCC - 2012

- Sinais de mercado como o oferecimento de garantias contra defeitos de fabricação são instrumentos utilizados pelos fabricantes para eliminar a falha de mercado denominada
 - a) seleção adversa.
 - b) *moral hazard*.
 - c) externalidades de mercado.
 - d) confiabilidade invertida.
 - e) ausência de incentivos.

19) MANAUSPREV - Analista Prev. – FCC - 2015

- Os impostos são divididos em impostos diretos, por incidirem diretamente sobre a renda dos cidadãos, e impostos indiretos, por afetarem a renda dos mesmos por meio da incidência de uma porcentagem sobre os preços dos bens. Portanto,
 - a) uma estrutura tributária composta, predominantemente, por impostos diretos será obrigatoriamente mais progressiva do que uma dominada pela arrecadação de impostos indiretos.
 - b) os impostos diretos sobre a renda podem melhorar a distribuição de renda de uma sociedade, caso haja um número de faixas de renda suficientemente diferenciadas com elevações progressivas de alíquotas de impostos e que seja adequado à estrutura social do país.

- c) a arrecadação de tributos indiretos é necessariamente regressiva do ponto de vista da renda pessoal.
- d) a tributação da produção é progressiva do ponto de vista social, pois penaliza as empresas, as quais tem poder financeiro para arcar com tais custos.
- e) o imposto sobre valor adicionado tem um efeito negativo sobre a produtividade de um país, pois tributa repetidas vezes o mesmo insumo produtivo conforme o valor do mesmo é adicionado à produção do setor seguinte dentro da cadeia produtiva, até chegar ao setor varejista.

20) MANAUSPREV - Analista Prev. – FCC - 2015

- O mercado em concorrência perfeita permite a obtenção do maior bem-estar social. Na presença de falhas de mercado, a atuação do governo é admitida como potencialmente positiva para a melhoria do bem-estar social. Portanto,
 - a) no caso de um monopólio legal, a aplicação de um imposto sem o controle do repasse para o consumidor do aumento do custo da firma poderá ocasionar uma redução do bem-estar dos consumidores inversamente proporcional à elasticidade preço da demanda.
 - b) a presença de externalidades negativas, tais como poluição do meio-ambiente e altas taxas de criminalidade, requerem, necessariamente, a atuação governamental por meio da imposição de tributos para direcionar os mercados na promoção do bem-estar social e compensar os indivíduos penalizados pelos eventos danosos ao bem comum.

- c) tributos e regulação governamental impedem o equilíbrio geral dos mercados de uma economia, pois os agentes se veem tolhidos em seus interesses e potenciais produtivos, impedindo assim que a economia como um todo avance mais rapidamente.
- d) uma crise hídrica como a que ora vive a região sudeste do Brasil não pode ser classificada como uma falha dos mercados competitivos. Trata-se, necessariamente, de um ajuste negativo nas condições de oferta de chuvas, o qual levará a um aumento nos preços e, com isso, a queda da demanda eliminará o problema de disponibilidade de água para a população.
- e) a presença de bens públicos, no sentido econômico do termo, não pode ser considerada uma falha dos mercados, pois o problema reside na definição dos direitos de propriedade que incidem sobre os bens e serviços e não na característica intrínseca aos mesmos.

21) TCE-CE - Analista - FCC - 2015

- Dentre as funções econômicas do governo, a função
 - a) econômica moderadora do Estado atua por meio da expansiva criação de empresas estatais que substituem o setor privado quando o poder econômico deste último tende a violar os princípios de justiça social, no sentido de Pareto.
 - b) distributiva do Estado, faz uso da política monetária para efetuar transferências de recursos entre contribuintes com diferentes níveis de conhecimento técnico e educacional, por serem estes os principais fatores condicionantes do sucesso econômico via mercado.

- c) estabilizadora faz uso das políticas fiscal e monetária para garantir o bom uso qualitativo dos recursos nacionais, direcionando o setor privado na produção de externalidades positivas e na mitigação daquelas de natureza danosa à eficiência econômica.
- d) econômica normativa do governo, decorre diretamente da possibilidade de violação dos princípios da economia pública, como a desigualdade social e elevação da criminalidade, bem como o descontrole do gasto público em esferas subnacionais.
- e) alocativa prevê ajustamentos na alocação de recursos com vistas à maior eficiência na utilização dos recursos disponíveis na economia e refere-se à possibilidade de economias externas ou necessidades coletivas, como infraestrutura econômica.

22) TCE-CE - Analista - FCC - 2015

- No que se refere à presença de falhas de mercado, é correto afirmar:
 - a) A presença de informação assimétrica entre agentes do mercado justifica a presença de regulação estatal, exigindo-se maior transparência nas transações entre agentes privados.
 - b) O teorema de Coase expressa que a ocorrência de poluição do meio-ambiente e de altas taxas de criminalidade torna necessária a atuação governamental, exclusivamente por meio da imposição de tributos que penalizam os infratores.
 - c) A cobrança de tributos e a implementação da regulação governamental de mercados impedem a economia de atingir o seu ponto máximo de eficiência.

- d) A crise hídrica vivida pela região sudeste do Brasil representa apenas o limite mínimo dentro de um ciclo de oferta de chuvas e, portanto, não se relaciona com a demanda por água, nem pode ser entendida como uma falha de mercado.
- e) Os bens públicos constituem uma das formas mais evidentes das falhas de mercado, na medida em que violam as duas condições necessárias para o provimento de bens e serviços no mercado competitivo, a saber: a necessidade individual e a inclusão social.

23) INFRAERO - Economista – FCC - 2009

- Considere as afirmações a seguir.
 - I. Um dos exemplos típicos de mercados com informação assimétrica que levam a uma má alocação de recursos é o mercado de carros usados.
 - II. Uma das características dos bens públicos é serem bens de consumo não rival.
 - III. A poluição dos rios pelas indústrias que nele despejam seus efluentes é um exemplo de externalidade negativa, ou seja, um custo que não é detectado pelo mecanismo de preços do mercado.
 - IV. Risco moral pode ocorrer em mercados em que há transparência nas informações de todos os agentes econômicos.

• Está correto o que se afirma APENAS em

a) II e III.

b) III e IV.

c) I e II.

d) I e IV.

e) I, II e III.

24) DPE-RS - Analista – Economia – FCC - 2013

- É uma medida que visa contornar os problemas decorrentes da relação principal-agente:
 - a) concessão de período de garantia maior na venda de automóveis usados.
 - b) cobrança de franquia em casos de sinistro nas operações de seguro de veículos.
 - c) outorga gratuita de opções de compra das ações da companhia a seus executivos, vinculado seu exercício ao cumprimento de metas.
 - d) exigência de melhor nível de instrução para a contratação de funcionários.
 - e) padronização do produto oferecido por cadeia de restaurantes.

Finanças Públicas

- **Cálculo da dívida pública e do déficit público**
- **Formas de financiamento**
- **Sustentabilidade da relação dívida/PIB**
- **Contas Públicas: o caso brasileiro**
- **Sistema tributário brasileiro**
- **Federalismo Fiscal**
- **Lei de Responsabilidade Fiscal**
- **Parcerias Público-Privadas**
- **Papel do Estado no sistema financeiro: modelos de racionamento de crédito e de repressão financeira**

1) SEFAZ-RJ - Aud.Fiscal Receita Estadual – 2013 - 22

- Sobre as políticas e critérios de distribuição de receitas e encargos entre as esferas de governo no Brasil, considere:
 - I. A mobilidade da base tributável e a economia de escala na administração de tributos são critérios que justificam a inadequação da cobrança de impostos sobre a renda pelos municípios.
 - II. O Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS), o Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis Inter vivos (ITBI) e o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) são de competência dos Estados.
 - III. A dependência dos municípios de pequeno porte por transferências financeiras intergovernamentais se deve ao desequilíbrio vertical.
 - IV. O critério da economia de escala deve ser considerado para a configuração de redes de atenção à saúde, justificando a não prestação de serviços de alta complexidade por todos os municípios.

• Está correto o que se afirma APENAS em

a) I e III.

b) I e IV.

c) II e III.

d) I, III e IV.

e) II e IV.

2) SEFAZ-RJ - Aud.Fiscal Receita Estadual – 2013 - 23

- Considere as despesas, a seguir, referentes ao Poder Executivo de um governo estadual e ao exercício financeiro de 2012 (valores expressos em milhares de reais):

Elemento de Despesa	Valor Apurado com base no regime de competência
Contratação por Tempo Determinado	20.000,00
Obrigações Patronais	110.000,00
Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	340.000,00
Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	10.000,00
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	40.000,00
Passagens e Despesas com Locomoção	2.000,00
Indenizações Trabalhistas (indenizações por demissão)	14.000,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização	5.000,00

- A Receita Corrente Líquida no exercício de 2012 foi R\$ (mil) 1.000.000,00. Em 2012, com base na Lei de Responsabilidade Fiscal, o Poder Executivo Estadual
 - a) não ultrapassou o limite pelo qual deveria ser alertado pelo Tribunal de Contas (limite de alerta).
 - b) ultrapassou o limite máximo de despesa total com pessoal em R\$ (mil) 9.000,00.
 - c) ultrapassou o limite prudencial de despesa total com pessoal em R\$ (mil) 19.500,00.
 - d) gastou R\$ (mil) 49.000,00 a menos do que o limite máximo de despesa total com pessoal.
 - e) gastou R\$ (mil) 71.000,00 a menos do que o limite prudencial de despesa total com pessoal.

3) SEFAZ-RJ - Aud.Fiscal Receita Estadual – 2013 - 25

- No Anexo de Metas Fiscais, na avaliação do cumprimento da meta de resultado primário do exercício anterior, um dos motivos que justificam o NÃO cumprimento de tal meta é
 - a) o aumento da dívida fundada pelas variações desfavoráveis da taxa cambial.
 - b) a redução da arrecadação da receita referente a juros de aplicações financeiras em decorrência do decréscimo dos rendimentos.
 - c) o aumento da despesa realizada com a amortização da dívida fundada.
 - d) a arrecadação de tributos menor do que a previsão em decorrência do crescimento econômico menor do que aquele esperado para o período.
 - e) o aumento da despesa realizada com juros e encargos sobre a dívida.

4) GOVRO - Auditor Fiscal - Trib. Estaduais - 2010 - 25

- Considere as assertivas a seguir.
 - I. Os bens públicos são caracterizados por terem elasticidade-renda negativa, apesar de serem meritórios, motivo pelo qual devem ser oferecidos pelo governo.
 - II. O *déficit* público nominal não inclui os juros da dívida pública, mas contabiliza todos os débitos pendentes registrados na rubrica “Restos a Pagar”.
 - III. Quando, na produção de um determinado bem, o custo marginal social é superior ao preço de mercado praticado, diz-se que há externalidade negativa. Uma das formas para se corrigir essa falha de mercado pode ser a imposição de uma taxa sobre a produção do referido bem.
 - IV. Um dos principais indicadores do *déficit* público no Brasil é sua medida financeira dada pela “Necessidade de Financiamento do Setor Público” mensurado e divulgado pelo Banco Central do Brasil.

• Está correto o que se afirma APENAS em

a) I e II.

b) I e IV.

c) II e III.

d) II e IV.

e) III e IV.

5) FAZPE - Aud.Fiscal Tesouro Est.- 2014 - 76

- Com respeito ao Orçamento Público, é correto afirmar:
 - a) A gerência por objetivos, a fixação de metas e o acompanhamento físico-financeiro dos programas não são características presentes no Orçamento Programa.
 - b) A estimativa de receitas e fixação das despesas poderá ser feita para o período de março de um ano até fevereiro do ano seguinte, sem desrespeito ao Princípio da Anualidade do Orçamento.
 - c) No Orçamento de Base-Zero deve ser feita a análise, revisão e avaliação apenas das despesas que ultrapassam o nível de gasto já existente.
 - d) Para que o Orçamento Público seja considerado encerrado, é necessário que ele tenha percorrido suas três fases: elaboração, aprovação e execução.
 - e) De acordo com o Princípio da Universalidade, todos os entes públicos devem possuir orçamento, ainda que seja elaborado um orçamento para custeio e outro para investimentos.

6) FAZPE - Aud.Fiscal Tesouro Est.- 2014 - 77

- Sobre a evolução recente da economia brasileira, considere:
 - I. Os recorrentes superávits operacionais das contas públicas são explicados pela necessidade de se pagar elevadas taxas de juros referentes à dívida externa brasileira.
 - II. A elevação da taxa de juros doméstica propiciou a troca da dívida pública externa por dívida pública interna, inclusive porque houve forte entrada de capitais estrangeiros para aplicação no mercado financeiro brasileiro.
 - III. A Política Fiscal brasileira tem como principal meta zerar o déficit público em seu conceito primário, pois dessa forma será recuperada a confiança dos investidores internacionais.
 - IV. A elevação da dívida interna brasileira é um dos fatores que limita a capacidade de investimento do setor público, visto requerer superávits primários cada vez maiores para o pagamento de seus juros.

• Está correto o que se afirma APENAS em

a) II e IV.

b) I e III.

c) I e II.

d) II e III.

e) III e IV.

7) FAZPE - Aud.Fiscal Tesouro Est.- 2014 - 79

- Com base na Lei de Responsabilidade Fiscal, considere:
 - I. O projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias deverá conter Anexo de Metas Fiscais, em que sejam estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referir e para os dois seguintes, além de avaliação do cumprimento das metas relativas ao exercício anterior.
 - II. A adoção de medida tributária da qual decorra renúncia de receita deverá necessariamente ser acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro nos exercícios de sua vigência e de medidas de compensação provenientes da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

- III. São transferências voluntárias as entregas de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional ou legal, exceto os destinados ao Sistema Único de Saúde, podendo ser utilizados pelos beneficiários para qualquer finalidade, independentemente do cumprimento de qualquer exigência.
- IV. Em iniciativa que contribui para a transparência das contas públicas, até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro de cada ano, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública nas casas do Poder Legislativo da União, dos Estados ou dos Municípios.

• Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e III.
- b) I e IV.
- c) I e II.
- d) II e III.
- e) III e IV.

8) FAZPE - Aud.Fiscal Tesouro Est.- 2014 - 80

- No Federalismo Fiscal brasileiro,
 - a) a estratégia da União de aumento de sua arrecadação por meio da elevação de alíquotas e ampliação das bases de cálculo das contribuições sociais foi benéfica na geração de recursos para Estados e Municípios, tendo em vista que sua vigência requer a observância apenas da noventena constitucional e não do princípio da anualidade.
 - b) aos Estados compete aplicar até 25% de sua arrecadação de impostos no financiamento da educação, atuando prioritariamente no ensino superior, fundamental e na educação infantil, e de forma suplementar no ensino profissionalizante, que é prioridade dos Municípios.

- c) a transferência de recursos fiscais de regiões mais desenvolvidas para regiões menos desenvolvidas tem por um de seus objetivos permitir o custeio de serviços públicos pelas últimas, sem que essas tenham que impor maior ônus tributário a sua população.
- d) os Fundos de Participação dos Municípios – FPM são exemplos de transferências incondicionais devolutivas que têm por finalidade a redistribuição regional de recursos, arrecadados dentro de uma mesma unidade da federação, além de promover a redução do hiato fiscal.
- e) às unidades da federação das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, a União entrega mais de um quarto de sua arrecadação por intermédio do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE e de suas instituições financeiras de caráter regional, estando estes recursos vinculados à promoção do desenvolvimento do setor produtivo.

9) PMSPA – AFTMI - Gestão Tributária - 76

- Determinado ente, diante da insuficiência de caixa no início do exercício financeiro para cumprir com as despesas destinadas à segurança pública, atendendo a todos os requisitos exigidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, realiza operação de crédito por antecipação de receita, contraindo empréstimo com instituição financeira. Esta medida adotada pelo ente é considerada
 - a) empréstimo compulsório.
 - b) crédito adicional extraordinário.
 - c) receita derivada.
 - d) receita originária.
 - e) entrada provisória.

10) PMSPA – AFTMI - Gestão Tributária - 79

- Sobre os tipos de tributos, considere:
 - I. Tributo que não admite vinculação de receita a órgão, despesa ou fundo, salvo algumas exceções constitucionais, tais como a vinculação de recursos destinados a ações e serviços públicos de saúde.
 - II. A concessão de alvará ou permissão pode ser remunerada por esta espécie de tributo.
 - III. Tem receita vinculada para custear atividades de assistência social, saúde e previdência social.
 - IV. Pressupõe que, em virtude de uma obra pública, haja valorização imobiliária para que se configure o seu fato gerador.

- Os itens I, II, III e IV caracterizam, respectivamente,
 - a) imposto, taxa, contribuição social para seguridade social e contribuição de melhoria.
 - b) taxa, imposto, taxa e contribuição de melhoria.
 - c) contribuição social para seguridade social, taxa, contribuição de melhoria e imposto.
 - d) imposto, contribuição de melhoria, contribuição social para seguridade social e imposto.
 - e) contribuição de melhoria, imposto, contribuição social para seguridade social e taxa.

11) SPGMG – AGASI - Economia - 2013 - 25

- Considere abaixo, as duas asserções unidas pelo conectivo explicativo “porque”: A chamada Lei de Wagner, sobre a expansão das atividades do Estado, afirma que o desenvolvimento econômico experimentado pelas modernas economias provocaria pressões crescentes por expansão do gasto público
- PORQUE
- o crescimento e complexidade das relações legais, a inevitável divisão do trabalho oriundo do processo de industrialização, o crescimento da população e a urbanização são fatores que exigem do Estado participação cada vez mais intensa nas funções de proteção, regulação, gestão e bem-estar social.
- No que se refere à Lei de Wagner,
 - a) as duas asserções são proposições verdadeiras, e a segunda é uma justificativa correta da primeira.

- b) as duas asserções são proposições verdadeiras, e a segunda não é uma justificativa correta da primeira.
- c) a primeira asserção é uma proposição verdadeira, e a segunda, uma proposição falsa.
- d) a primeira asserção é uma proposição falsa, e a segunda, uma proposição verdadeira.
- e) tanto a primeira quanto a segunda asserções são proposições falsas.

12) SPGMG – AGASI – Economia - 2013 - 34

- Considere:

- I. A classificação das receitas e despesas segundo sua categoria econômica consiste na sua segregação em operações correntes ou de capital, objetivando propiciar elementos para uma avaliação do efeito econômico das transações do setor público.
- II. O Ciclo Orçamentário é o período de tempo necessário para que o orçamento esgote suas quatro fases: elaboração, aprovação, execução e controle, e, em geral, se estende por um quadriênio.
- III. Os Princípios Orçamentários são regras que cercam a instituição orçamentária, visando dar-lhe consistência, principalmente no que se refere ao controle pelo Poder Legislativo. Os principais são: universalidade, unidade, exclusividade, especificação, anualidade, autorização prévia, publicidade e equilíbrio.

IV. Os conceitos de Déficit Público Primário, Operacional e Nominal diferem pelo fato do primeiro considerar apenas a diferença entre as despesas e receitas de capital do ente público, o segundo incluir a correção monetária da dívida pública interna e o terceiro incluir as despesas com o pagamento dos juros da dívida externa.

• Está correto o que consta APENAS em

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e IV.
- d) II e III.
- e) III e IV.

13) Auditor Fiscal Tributário Municipal – SP – 2012 – 76

- Determinado ente, diante da insuficiência de caixa no início do exercício financeiro para cumprir com as despesas destinadas à segurança pública, atendendo a todos os requisitos exigidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, realiza operação de crédito por antecipação de receita, contraindo empréstimo com instituição financeira. Esta medida adotada pelo ente é considerada
 - a) empréstimo compulsório.
 - b) crédito adicional extraordinário.
 - c) receita derivada.
 - d) receita originária.
 - e) entrada provisória.

14) Auditor Fiscal Tributário Municipal – SP – 2012 – 79

- Sobre os tipos de tributos, considere:
 - I. Tributo que não admite vinculação de receita a órgão, despesa ou fundo, salvo algumas exceções constitucionais, tais como a vinculação de recursos destinados a ações e serviços públicos de saúde.
 - II. A concessão de alvará ou permissão pode ser remunerada por esta espécie de tributo.
 - III. Tem receita vinculada para custear atividades de assistência social, saúde e previdência social.
 - IV. Pressupõe que, em virtude de uma obra pública, haja valorização imobiliária para que se configure o seu fato gerador.

- Os itens I, II, III e IV caracterizam, respectivamente,
 - a) imposto, taxa, contribuição social para seguridade social e contribuição de melhoria.
 - b) taxa, imposto, taxa e contribuição de melhoria.
 - c) contribuição social para seguridade social, taxa, contribuição de melhoria e imposto.
 - d) imposto, contribuição de melhoria, contribuição social para seguridade social e imposto.
 - e) contribuição de melhoria, imposto, contribuição social para seguridade social e taxa.

15) AGAS - Economia – MG – 2013 - 25

- Considere abaixo, as duas asserções unidas pelo conectivo explicativo “porque”:
- A chamada Lei de Wagner, sobre a expansão das atividades do Estado, afirma que o desenvolvimento econômico experimentado pelas modernas economias provocaria pressões crescentes por expansão do gasto público
- PORQUE
- o crescimento e complexidade das relações legais, a inevitável divisão do trabalho oriundo do processo de industrialização, o crescimento da população e a urbanização são fatores que exigem do Estado participação cada vez mais intensa nas funções de proteção, regulação, gestão e bem-estar social.

- No que se refere à Lei de Wagner,
 - a) as duas asserções são proposições verdadeiras, e a segunda é uma justificativa correta da primeira.
 - b) as duas asserções são proposições verdadeiras, e a segunda não é uma justificativa correta da primeira.
 - c) a primeira asserção é uma proposição verdadeira, e a segunda, uma proposição falsa.
 - d) a primeira asserção é uma proposição falsa, e a segunda, uma proposição verdadeira.
 - e) tanto a primeira quanto a segunda asserções são proposições falsas.

16) AGAS - Economia – MG – 2013 - 33

- A Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira – CPMF foi instituída com o objetivo de que seus recursos fossem utilizados para o financiamento da saúde. Incidia, à alíquota de 0,38%, sobre os lançamentos a débito efetuados nas contas de depósitos à vista existentes nos bancos brasileiros, independentemente de seus titulares serem pessoas físicas ou pessoas jurídicas.
- Acerca deste assunto é correto afirmar:

- a) Atende aos princípios da equidade horizontal e vertical.
- b) Considerando a destinação proposta para os recursos, a introdução da CPMF atende a função estabilizadora das políticas econômicas.
- c) A elevação de alíquotas da CPMF constitui um exemplo de medida de política fiscal contracionista.
- d) Tem clara progressividade em relação ao nível de renda dos contribuintes.
- e) Como a saúde é um bem público, a CPMF foi introduzida como medida de política regulatória do setor privado.

17) CEAL – Economista – 2005 - 47

- Os juros pagos pela União sobre a dívida pública interna são classificados em seu orçamento como
 - a) transferências correntes.
 - b) despesas de custeio.
 - c) despesas de capital.
 - d) transferências de capital.
 - e) amortização de empréstimos.

18) AFAP – Anal. de Fomento – Crédito – FCC - 2019

- Considere os seguintes resultados apurados para as necessidades de financiamento do setor público para o Brasil em 2017, conforme números apresentados pelo Banco Central (R\$ milhões).

	Resultado Nominal	Juros Nominais
Governo Central	459.349,5	340.907,3
Governos regionais	46.814,7	54.312,3
Empresas estatais	5.244,2	5.606,2

- PIB no ano: 6.559.940

- Sobre eles, é correto afirmar:
 - a) O resultado primário do setor público no ano foi de R\$ 912.234,1 milhões.
 - b) O resultado nominal dos governos regionais representou 1,5% do PIB.
 - c) As empresas estatais contribuíram com superávit nominal.
 - d) Os governos regionais contribuíram com superávit primário.
 - e) O déficit primário do setor público representou 13,9% do PIB.

19) AFAP – Anal. de Fomento - Crédito – FCC - 2019

- A análise das necessidades de financiamento do setor público pode deixar de considerar a informação do cálculo do resultado operacional se
 - a) o efeito inflacionário for considerado irrelevante.
 - b) os juros no país se situarem no nível daqueles praticados nos países industrializados.
 - c) o sistema financeiro não tiver condição de absorver a dívida pública.
 - d) o resultado primário for maior que o resultado nominal.
 - e) a taxa de juros implícita corresponder à taxa média de juros nominal incidente sobre a Dívida Líquida do Setor Público.

20) AFAP – Anal. de Fomento - Crédito – FCC - 2019

- *Uma das questões habitualmente referidas no contexto das finanças públicas é a chamada Lei de Wagner. Formulada de forma simples [significa que] a procura por bens e serviços fornecidos pelo Estado é elástica em relação ao rendimento. Isso implicaria que a despesa pública poderia ser tratada como um resultado, ou um fator endógeno, e não, por exemplo, uma causa do crescimento do rendimento nacional.*
- (Adaptado de: PEREIRA, Paulo Trigo; AFONSO, António; ARCANJO, Manuela; SANTOS, José Carlos Gomes.
- **Economia e Finanças Públicas.** 5.ed. revisada e atualizada. Lisboa: Escolar, 2016. p. 175/176)

- Dito de outra forma, os autores expressam que
 - a) o endividamento público é indutor do crescimento
 - b) as famílias deveriam buscar menos serviços públicos.
 - c) países desenvolvidos tem menor procura por bens e serviços públicos.
 - d) o gasto público cresce com o rendimento das famílias.
 - e) a despesa pública é um fator exógeno à análise.

21) AFAP – Anal. de Fomento - Crédito – FCC - 2019

- As receitas públicas são classificadas em
 - a) categorias econômicas, como “corrente” ou “de capital”.
 - b) espécies, como “corrente” ou “de capital”.
 - c) origens, como “orçamentária” e “extraorçamentária”.
 - d) alíneas, como “derivada” e “originária”.
 - e) gêneros, como “tributário” e “não tributário”.

22) AFAP – Anal. de Fomento - Crédito – FCC - 2019

- Com relação aos gastos públicos, pode-se dizer que, no século XX,
 - a) o mundo não presenciou aumento de sua participação no PIB, com exceção do Brasil.
 - b) os países europeus, destacando-se a Alemanha, reduziram fortemente os gastos públicos ao longo do período.
 - c) verifica-se aumento proporcional ao PIB em vários países, distribuído ao longo do período.
 - d) seu aumento ocorre em vários países, porém apenas na primeira metade do século, no contexto do fortalecimento do modelo de economia do bem-estar.
 - e) sua redução foi generalizada no mundo todo, nas últimas décadas do século, o que pode ser atribuído às diversas crises ocorridas, destacando-se a crise do petróleo.

23) ALESE – Anal. Legislativo – Eco. – FCC - 2018

- Ao medir o resultado fiscal do setor público, o Banco Central
 - a) apura o resultado primário excluindo do resultado nominal os juros nominais apropriados por competência, incidentes sobre a Dívida Líquida, o que é possível por utilizar o conceito **acima da linha**.
 - b) utiliza o conceito **abaixo da linha**, medindo a variação do estoque do endividamento líquido do setor público não financeiro.
 - c) apura as necessidades de financiamento no conceito **acima da linha**.

- d) identifica os fatores que levaram ao resultado, ao medir a variação do estoque do endividamento líquido do setor público não financeiro.
- e) usa o conceito **acima da linha**, quando calcula o resultado nominal, somando os juros nominais à variação do estoque do endividamento líquido do setor público não financeiro.

24) SABESP – Anal. de Gestão – Eco. – FCC - 2018

- No tocante aos conceitos “acima da linha” e “abaixo da linha”, utilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional, considera-se:
 - I. Ambos são métodos de apuração fiscal, com focos distintos, ora sobre os fluxos, ora sobre os estoques.
 - II. O método “abaixo da linha” representa a medida do fluxo do resultado primário.
 - III. O método “acima da linha” corresponde à diferença entre as receitas e as despesas do setor público.
 - IV. Ambos possuem como ponto de partida os saldos da dívida pública para obter as necessidades de financiamento.

• Está correto o que se afirma em

a) II, III e IV, apenas.

b) I, II e III, apenas.

c) II e IV, apenas.

d) I e III, apenas.

e) I, II, III e IV.

25) SABESP – Anal. de Gestão – Eco. – FCC - 2018

- A Necessidade de Financiamento do Setor Público (NFSP),
 - a) relaciona-se ao resultado primário do Setor Público que corresponde ao resultado nominal excluía a parcela referente à atualização monetária da dívida líquida.
 - b) corresponde à diferença entre o fluxo agregado de receitas totais (inclusive de aplicações financeiras) e de despesas totais (inclusive despesas com juros), em determinado período.
 - c) relaciona-se ao resultado operacional do Setor Público que corresponde ao resultado nominal excluía a parcela referente aos juros nominais (juros reais mais atualização monetária) incidentes sobre a dívida líquida.

- d) é apurada considerando-se o déficit operacional menos os juros nominais apropriados por competência, incidentes sobre a dívida pública.
- e) é apurada através da diferença entre o resultado primário do setor público não financeiro e a apropriação de juros nominais por competência.

26) ARTESP - Especialista em Regulação de Transporte I - Economia – FCC - 2017

- O Tesouro Nacional do Brasil define, no tocante à gestão da Dívida Pública Federal, o seguinte objetivo: *suprir de forma eficiente as necessidades de financiamento do governo federal, ao menor custo no longo prazo, respeitando-se a manutenção de níveis prudentes de risco e, adicionalmente, buscando contribuir para o bom funcionamento do mercado brasileiro de títulos públicos* (Ministério da Fazenda - Tesouro Nacional). A estratégia de financiamento da Dívida Pública Federal, que NÃO contribui para a consecução desse objetivo é:

- a) Substituição gradual dos títulos remunerados por taxas de juros flutuantes por títulos com rentabilidade prefixada e títulos remunerados por índice de preços.
- b) Redução do prazo médio do estoque da dívida.
- c) Ampliação da base de investidores.
- d) Aumento da liquidez dos títulos públicos federais no mercado secundário.
- e) Suavização da estrutura de vencimentos, com especial atenção para a dívida que vence no curto prazo.

27) ARTESP - Especialista em Regulação de Transporte I - Economia – FCC - 2017

- No que se refere à necessidade de financiamento da dívida pública de um país, observa-se os conceitos de “necessidade bruta de financiamento” e de “necessidade líquida de financiamento”. A diferença entre um e outro conceito é dada, contabilmente
 - a) pelo desconto da inflação no período.
 - b) pela depreciação da dívida.
 - c) pelo montante de recursos orçamentários.
 - d) pelo abatimento da dívida externa do total da dívida.
 - e) pela redução dos encargos no Banco Central.

28) ARTESP - Especialista em Regulação de Transporte I - Economia – FCC - 2017

- No ciclo orçamentário do setor público,
 - a) as metas fiscais são estabelecidas na Lei Orçamentária Anual e cumpridas na execução da Lei de Diretrizes Orçamentárias.
 - b) o Plano Plurianual fixa o planejamento para o curto e médio prazos.
 - c) o Plano Plurianual considera as despesas de duração continuada.
 - d) as metas fiscais são estabelecidas para os quatro anos seguintes, na Lei de Diretrizes Orçamentárias.
 - e) a Lei de Diretrizes Orçamentárias não se comunica com a Lei Orçamentária Anual.

29) TCE-CE – Analista – FCC - 2015

- As Necessidades de Financiamento do Setor Público - NFSP NÃO
 - a) dependem, dentre outros fatores, do déficit fiscal do governo.
 - b) podem ser financiadas por emissão de títulos públicos.
 - c) denotam a variação da dívida líquida do setor público somada ao saldo líquido dos ajustes patrimoniais do setor público.
 - d) representam o estoque total da dívida pública de um país.
 - e) dependem da diferença entre o serviço de juros da dívida pública e o superávit primário.

30) TCE-CE – Analista – FCC - 2015

- A carga tributária é definida como a parcela da renda interna destinada aos cofres do setor público. Sobre ela, no caso brasileiro, tem-se que
 - a) a arrecadação de impostos indiretos constitui uma das principais fontes de recursos para todos os entes federativos.
 - b) a cobrança do ICMS é motivo de harmonização tributária entre os estados da federação e suas subunidades municipais, os quais dividem a prerrogativa da arrecadação desse imposto.
 - c) a contribuição sobre intervenção no domínio econômico é um imposto estadual, destinado à construção de ferrovias estaduais e de portos secos com vistas à melhor utilização do território nacional.

- d) o imposto de renda é um tributo federal que incide apenas indiretamente sobre a renda dos contribuintes, pois sua alíquota varia de acordo com as faixas de renda dos cidadãos.
- e) a carga tributária líquida é sempre maior do que a carga tributária bruta, pois esta última definição desconsidera as transferências que o governo deve efetuar por lei para os contribuintes.

31) METRÔ-SP – Anal. Desenvolv. - FCC - 2014

- A implementação da política fiscal de um país se faz por intermédio de seu Orçamento Público, seja alterando gastos do governo, seja modificando suas receitas decorrentes da tributação. Nesse contexto e considerando a realidade vigente no Brasil, é correto afirmar:
 - a) A meta de superávit orçamentário brasileiro é fixada em termos de seu superávit nominal.
 - b) A política fiscal pode ser utilizada para que o Estado realize suas funções alocativa e distributiva, mas é ineficaz para executar sua função estabilizadora.
 - c) De acordo com o princípio orçamentário da anualidade, as entidades públicas devem efetuar contratações de sorte a realizarem apenas um pagamento por ano.

- d) De acordo com o Princípio da Unidade, cada entidade pública deve elaborar, para cada exercício, tantos orçamentos independentes quantas sejam suas unidades de atendimento ao público.
- e) O Ciclo Orçamentário é o período necessário para que o Orçamento Público percorra suas quatro fases: elaboração, aprovação, execução e controle.

32) SEFAZ-PI – Anal. do Tesouro - FCC - 2015

- Considere que a condição de equilíbrio da relação Dívida Pública/PIB, seja igual a fórmula: $h = d \cdot [(i - y) / (1 + y)] - s$ onde: h = superávit primário do setor público, expresso como proporção do PIB, d = relação Dívida Pública/PIB, y = taxa de variação nominal do PIB, i = taxa nominal de juros e s = relação de senhoriagem/PIB. Essa fórmula indica que, em termos algébricos, o superávit primário como proporção do PIB, requerido para estabilizar a relação dívida/PIB, é uma função

- a) inversa da própria relação dívida/PIB e da taxa de juros nominal e uma função direta do crescimento nominal da economia e da senhoriagem negativa.
- b) direta da própria relação dívida/PIB e da taxa de juros real e uma função inversa do crescimento nominal da economia e da razão senhoriagem negativa.
- c) direta da própria relação dívida/PIB e da taxa de juros nominal e uma função inversa do crescimento nominal da economia e da razão senhoriagem/PIB.
- d) inversa da própria relação dívida/PIB e da taxa de juros nominal e uma função direta do crescimento nominal da economia e da razão senhoriagem/PIB.
- e) inversa da própria relação dívida/PIB e da taxa de juros real e uma função direta do crescimento nominal da economia e da senhoriagem negativa.